



TENDÊNCIAS E LACUNAS DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

*Daniele Oliveira dos Santos*¹, *Mirian Ueda Yamaguchi*²

¹Acadêmica do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/ICETI-UniCesumar. ra-23213702-2@alunos.unicesumar.edu.br

²Orientadora, Doutora, Docente do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar – UNICESUMAR. Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. mirianueda@gmail.com

RESUMO

A Promoção da Saúde (PS) refere-se à capacitação das pessoas para atuarem ativamente na construção de sua própria saúde e qualidade de vida, sendo um dos pilares fundamentais do conceito ampliado de saúde. No Brasil, a importância da PS foi reafirmada com a instituição da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) em 2006, que passou a orientar e estimular ações estratégicas voltadas à melhoria das condições de vida da população. Ao completar 20 anos de vigência, torna-se imprescindível refletir sobre os avanços e desafios da PNPS, identificando seus principais resultados, impactos e as direções a serem fortalecidas ou revistas nas próximas décadas. Nesse contexto, a pesquisa científica desempenha papel central ao subsidiar a tomada de decisões em saúde pública, ao mesmo tempo em que revela as lacunas existentes no campo. Este trabalho propõe um estudo bibliométrico com o objetivo de sistematizar e analisar, de forma interpretativa, a produção científica relacionada à PNPS ao longo de seus 20 anos. Para tanto, será realizada uma busca na base de dados *Web of Science* com o apoio do software VOSviewer, utilizando as expressões “política nacional de promoção da saúde” e “*national health promotion policy*” associada ao termo “*Brazil*”. Espera-se, com isso, evidenciar as tendências e direções do conhecimento científico vinculado à PNPS, bem como incentivar maior atenção a temas menos explorados, contribuindo para o fortalecimento e equilíbrio das ações de promoção da saúde no país.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa em Saúde; Políticas Públicas; Produção Científica.

1 INTRODUÇÃO

Em 1988 entrava em vigor a Constituição da República Federativa do Brasil, trazendo como uma de suas consolidações mais importantes a saúde como direito social. A saúde é considerada um conceito amplo e complexo, sendo definida pela Organização Mundial da Saúde como “estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade”, afirmando sua vinculação com os diversos aspectos da vida e não apenas os assuntos técnicos (Brasil, 1988, OMS, 1946).

Dentro do conceito de saúde, encontra-se como um dos principais pilares a Promoção da Saúde (PS), que teve sua principal definição estabelecida pela Carta de Ottawa, em 1986, que a conceitua como “(...) o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo”, afirmando que é imprescindível a identificação de aspirações, satisfação das necessidades e modificação favorável do meio ambiente pelos indivíduos e grupos no alcance da saúde (OMS, 1986).

Em 30 de março de 2006 o Ministério da Saúde (MS) instituiu, através da Portaria MS/GM nº 687, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), ratificando o compromisso do Estado brasileiro com a qualificação e a ampliação de ações de promoção da saúde na gestão e nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Tal portaria foi redefinida pela Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014 que, posteriormente, foi revogada pela Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017 (Brasil, 2006; Brasil 2014 e Brasil, 2017).



De acordo com o MS, a PNPS revisada deixa claro que para o seu fortalecimento é imperativa não somente a integração com outras políticas públicas, mas a participação social e dos movimentos populares, sendo impossível que o setor Sanitário enfrente sozinho os determinantes e condicionantes da saúde, evidenciando que a reação populacional é imprescindível e condutora no alcance ou distorção de seus objetivos (Brasil, 2015 e Brasil, 2018).

Às vésperas do fim da segunda década desde a sua instituição, é imperioso o conhecimento acerca das vertentes destrinchadas através da PNPS durante esses anos, considerando que a pesquisa tem, em partes, a capacidade de promover um notável ciclo de sucesso nos sistemas universais de saúde, como o SUS, sendo essencial para a tomada de decisões e criação de propostas inovadoras, tendo um claro papel como influenciadora e determinante dos processos de saúde (Santos; Barros; Delduque, 2020).

O presente trabalho trata-se de um estudo bibliométrico que visa compreender e sistematizar os rumos das produções científicas relacionadas à PNPS em seus 20 anos de vigor, fornecendo dados que permitam dimensionar e analisar seus resultados e sua correlação com o desenvolvimento da saúde no contexto brasileiro, proporcionando uma ampla visão do processo de Promoção da Saúde no país e reforçando a importância da integração entre a ciência e os serviços de saúde na formulação dos passos a serem seguidos nas próximas décadas.

Tendo em vista a hipótese de uma notável divergência quantitativa na literatura científica no que se refere aos vários eixos da PS, espera-se evidenciar quais as vertentes adotadas pela ciência ao se produzir com base na PNPS em seus 20 anos de história, tabulando de forma clara, concisa e criteriosa os resultados obtidos para uma melhor metodização e interpretação do tema.

Nas últimas décadas, tem-se consolidado a noção de que a fundamentação dos processos de tomada de decisão dos governos por conhecimentos científicos é imperiosa e indispensável, principalmente no que tange a área da saúde. E embora parte do processo de tomada de decisão, possivelmente, não chegue a ser cientificamente fundamentado, o componente científico deve ser ampliado, permitindo que as decisões sejam cada vez mais assertivas e resultando em melhoria das condições de saúde (Barreto, 2004).

Considerando a essencialidade da metodização científica no avanço na saúde, esta pesquisa visa reforçar o elo entre o conhecimento científico e a saúde brasileira e, em particular, à PS. A sistematização e análise dos resultados obtidos pela produção científica alicerçada na PNPS é de suma importância, quiçá, determinante para o seu refinamento, pois permite que suas negligências e lacunas sejam identificadas e sanadas.

Assim, este trabalho objetiva promover uma ampla e crítica visão dos trabalhos científicos baseados na PNPS desde a sua promulgação até o marco dos seus 20 anos, fornecendo elementos para a tomada de decisão na saúde nacional e uma perspectiva esclarecedora das temáticas pouco abordadas e passíveis de exploração, assim como de seus bons resultados, como forma de alinhar o desenvolvimento do sistema de saúde brasileiro e equilibrar a PS no país em seus diversos eixos. Para isso, esta pesquisa visa analisar a produção científica relacionada à Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) no Brasil, no período de 2006 a 2025, por meio de técnicas de análise bibliométrica utilizando o software VOSviewer.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo bibliométrico da literatura científica nacional e internacional sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) aprovada pelo Ministério da Saúde através da Portaria nº 687, de 30 de março de 2006. A pesquisa será realizada com auxílio da base de dados *Web of Science (WoS)* da *Clarivate Analytics*, parte do *Institute*



for Scientific Information (ISI, Filadélfia, PA, EUA) e do software VOSviewer, considerando o período de 2006 a 2025 e com base nos termos “política nacional de promoção da saúde” e seu correspondente em inglês “*national health promotion policy*”, sendo acrescido a palavra “*Brazil*” para a busca na língua inglesa.

Após a etapa de procura, os artigos recuperados serão analisados utilizando o software VOSviewer e classificados de acordo com os principais autores, instituições, periódicos e palavras-chave relacionados à PNPS. Também será analisada a coocorrência de termos relevantes e as tendências temáticas e lacunas do conhecimento, presentes da literatura científica, conforme a abordagem da PNPS. Por fim, os dados serão reunidos de forma a permitir a reflexão acerca da contribuição da produção científica para o fortalecimento e a consolidação da PNPS no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se que este estudo possibilite a caracterização quantitativa da produção científica sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) no período de 2006 a 2025, evidenciando o número de publicações por ano, os principais autores, instituições e periódicos envolvidos com a temática. Por meio do uso do software VOSviewer, pretende-se gerar mapas visuais que representem redes de coautoria, cocitação de autores e coocorrência de palavras-chave, permitindo identificar conexões e agrupamentos temáticos recorrentes na literatura. A partir dessa análise, espera-se identificar as principais áreas temáticas abordadas e as lacunas existentes no desenvolvimento do conhecimento relacionado à PNPS.

Os resultados também devem evidenciar o papel da política na agenda científica nacional, por meio da evolução da produção acadêmica e da diversidade de enfoques abordados nos estudos. Por fim, o trabalho pretende oferecer subsídios relevantes para o fortalecimento da política pública, destacando a importância da produção científica como instrumento de avaliação, monitoramento e aprimoramento das ações de promoção da saúde no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Promover a saúde se distingue de prevenir que as doenças surjam ou de tratá-las. No entanto, as ações advindas de cada uma destas estratégias estão, frequentemente, interligadas, pois são áreas complementares e com o objetivo comum de melhorar a saúde da população. Nesse contexto, a Promoção da Saúde se impõe como o pilar que se dirige centralmente à transformação dos comportamentos dos indivíduos, tendo impacto direto nos índices de necessidade de prevenção e tratamento das condições de saúde (Buss, 2003).

Tendo isto em vista, entende-se que é de suma importância o conhecimento do que se está sendo produzido cientificamente acerca do tema, dando ênfase à identificação dos principais pontos abordados, autores envolvidos e subtemáticas mais destacadas, a fim de se alinhar as expectativas futuras sobre a saúde populacional e entender a atual teoria literária do comportamento saudável, possibilitando a formulação de novas estratégias para a implementação de melhorias em promoção da saúde de maneira assertiva.

REFERÊNCIAS



BARRETO, Maurício L. O conhecimento científico e tecnológico como evidência para políticas e atividades regulatórias em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, p. 329-338, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017**. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2017. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html>. Acesso em: 06 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014**. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília, 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html>. Acesso em: 06 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 687, de 30 de março de 2006**. Aprova a Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília, 2006. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0687_30_03_2006.html>. Acesso em: 06 mai. 2020.

BUSS, Paulo Marchiori; CRUZ, Oswaldo. Promoção da saúde. **Uma Introdução ao Conceito de Promoção da Saúde Fiocruz**, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Carta de Ottawa para promoção da saúde: primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde**. Ottawa, Canadá, 21 de novembro de 1986. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf>. Acesso em: 9 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 1946. Disponível em: <<https://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf?ua=1>>. Acesso em: 9 maio 2025.

SANTOS, Alethele de Oliveira; BARROS, Fernando Passos Cupertino de; DELDUQUE, Maria Célia. A pesquisa em saúde no Brasil: desafios a enfrentar. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 126-136, 2020.